

CPI: renúncia não pode impedir punição

BRASÍLIA — A CPI que investiga a máfia do Orçamento quer evitar que os parlamentares envolvidos renunciem aos seus mandatos antes de serem cassados. Junto com o relatório final da CPI, será apresentado um projeto de emenda constitucional determinando que todas as pessoas com cargos eletivos que renunciarem enquanto estiverem

sendo investigados ficarão automaticamente inelegíveis até o final do julgamento.

A informação é do presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA). Ele lembrou que a renúncia foi usada pelo ex-deputado e ex-presidente do Instituto de Previdência dos Congressistas (IPC) Gustavo de Faria para evitar a cassação.